

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À
Administração e Conselho de Administração da
Associação Pró-Dança
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **Associação Pró-Dança** (“Entidade ou Associação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como o resumo das principais políticas contábeis e das demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Associação Pró-Dança** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis da Associação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram examinadas por nós, no qual emitimos relatório em 05 de fevereiro de 2021, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da Administração e conselho de administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

O conselho de administração da Entidade é aquele com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas e intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de janeiro de 2022.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Thiago Gonçalves Marques
Contador CRC 1 SP 254881/O-8

ASSOCIAÇÃO PRÓ DANÇA

(CNPJ nº 11.035.916/0001-01)

Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020		Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	9.332	4.337	Contas e títulos a pagar		34	62
Adiantamentos		79	6	Obrigações trabalhistas e encargos sociais		127	38
Contas a Receber		57	-	Provisões trabalhistas e encargos	10	495	350
Estoques	6	43	46	Recursos de lei de incentivos fiscais	11	2.228	1.101
Despesas antecipadas		29	50	Receita antecipada do contrato de gestão	12	6.068	2.401
		<u>9.540</u>	<u>4.439</u>			<u>8.952</u>	<u>3.952</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Provisão para demandas judiciais			
Depósitos para recursos judiciais	7	7.660	7.916	Receita antecipada do contrato de gestão	12	4.708	4.536
Aplicações financeiras vinculadas	8	4.708	4.536	Obrigações com o Estado (ativo imobilizado)	12 / 15	250	261
Títulos e valores mobiliários (reserva para investimento)	14	11.216	10.774	Obrigações com o Estado (reserva para investimentos)	14	11.216	10.774
		<u>23.584</u>	<u>23.226</u>			<u>23.827</u>	<u>23.479</u>
Ativo permanente vinculado ao contrato de gestão				Patrimônio líquido			
Imobilizado líquido	9	226	231	Patrimônio social	16	595	495
Intangível líquido	9	24	30			<u>595</u>	<u>495</u>
		<u>250</u>	<u>261</u>				
Total do ativo		<u>33.374</u>	<u>27.926</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>33.374</u>	<u>27.926</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Inês Vieira Bogéa
Diretora Executiva e Artística


Rogério Gerfán Paganatto
CRC 15P 131987/O-2

JOSÉ GALBA DE AQUINO
Superint. Adm. Financeiro
Associação Pró - Dança

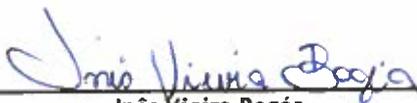
ASSOCIAÇÃO PRÓ DANÇA

(CNPJ nº 11.035.916/0001-01)

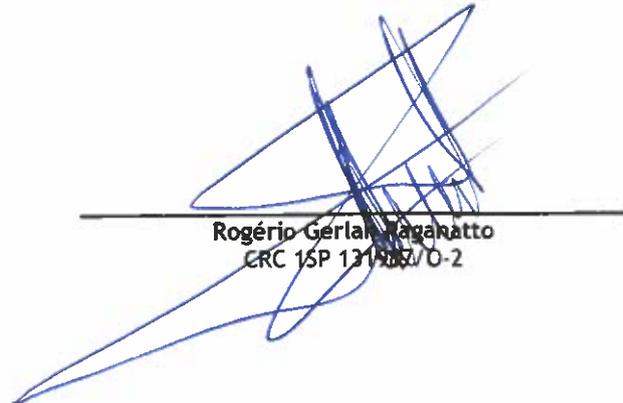
Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Receitas operacionais			
Receitas do contrato de gestão	17	9.531	9.816
Receitas financeiras	18	1.021	745
Receitas de atividades próprias	19	3.847	2.773
Gratuidade - serviços voluntários		14	19
Receitas de atividades mercantis		4	2
		<u>14.417</u>	<u>13.355</u>
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	20	(9.002)	(8.073)
Atividades artísticas	21	(2.642)	(2.453)
Divulgação e comunicação		(385)	(211)
Despesas administrativas e gerais	22	(1.465)	(1.484)
Gratuidade - serviços voluntários		(14)	(19)
Utilidades Públicas		(75)	(91)
Impostos, taxas e contribuições		(448)	(305)
Despesas financeiras	23	(223)	(443)
Depreciações e amortizações		(59)	(39)
Custos de atividades mercantis		(4)	(77)
		<u>(14.317)</u>	<u>(13.195)</u>
Superávit líquido do período		<u>100</u>	<u>160</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Inês Vieira Bogéa
Diretora Executiva e Artística



Rogério Gerlan Maganatto
CRC 15P 131/887/O-2



JOSÉ GALVÃO DE AQUINO
Superint. Adm. Financeiro
Associação Pró - Dança

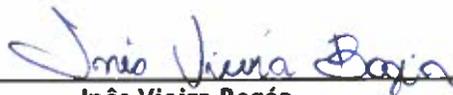
ASSOCIAÇÃO PRÓ DANÇA

(CNPJ nº 11.035.916/0001-01)

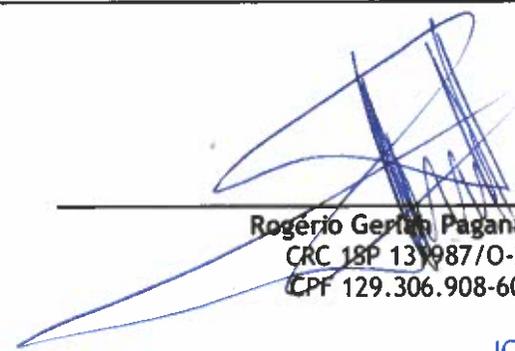
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Patrimônio social	Superávits líquidos/ (déficits) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	335	-	335
Superávit líquido do exercício de 2019	-	160	160
Transferencia do superávit acumulado de 2019	160	(160)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	495	-	495
Superávit líquido do período	-	100	100
Transferência do superávit acumulado	100	(100)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	595	-	595

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Inês Vieira Bogéa
Diretora Executiva e Artística
CPF 514.174.306-30



Rogério Gerônimo Paganatto
CRC 18P 13.987/O-2
CPF 129.306.908-60



JOSÉ GALVÃO DE AQUINO
Superint. Adm. Financeiro
Associação Pró - Dança

ASSOCIAÇÃO PRÓ DANÇA
11.035.916/0001-01
220202100222
9

ASSOCIAÇÃO PRÓ DANÇA

(CNPJ nº 11.035.916/0001-01)

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Superávit líquido do período	100	160
Itens que não afetam o caixa		
(+) Depreciações e amortizações	59	39
(-/+) Provisão para demandas judiciais	(256)	390
(-) (Redução) líquido ISS recuperado	-	(10.433)
Déficit do exercício ajustado	(97)	(9.844)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(+/-) Variação nas contas patrimoniais		
(-/+) (Redução)/aumento de contas a receber	(57)	860
(-/+) (Redução)/aumento de depósitos judiciais a levantar	(442)	47
(-/+) (Redução)/aumento de adiantamentos	(73)	178
(+) Aumento de estoques	3	77
(+) Aumento de despesas antecipadas	21	9
(+/-) Aumento/(redução) de depósitos para recursos judiciais	256	(390)
(-/+) (Redução)/aumento de aplicações financeiras vinculadas	(172)	494
(-) Redução de contas e títulos a pagar	(28)	(1)
(+) Aumento de obrigações trabalhistas e encargos	89	33
(+/-) Aumento/(redução) de provisões trabalhistas e encargos	145	(188)
(+/-) Aumento/(redução) de recursos de lei de incentivos fiscais	1.127	(382)
(-) Redução de adiantamentos	-	(379)
(-) Redução de honorários advocatícios a pagar	-	(388)
(+/-) Aumento/(redução) de receita antecipada do Contrato de Gestão	3.839	(587)
(-/+) (Redução)/aumento de obrigações com o Estado (ativo imobilizado)	(11)	133
(-) Redução em outras Receitas Antecipadas	-	(782)
	4.697	(1.266)
(=) Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	4.600	(11.110)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		
Aquisição de bens do imobilizado e intangível	(47)	(172)
Títulos e valores mobiliários (reserva para investimentos)	442	10.774
(=) Fluxo de caixa consumido nas atividades de investimento	395	10.602
(=) Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	4.995	(508)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.337	4.845
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9.332	4.337
(=) Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	4.995	(508)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Inês Vieira Bogéa
Diretora Executiva e Artística

JOSÉ GALBA DE AQUINO
Superint. Adm. Financeiro
Associação Pró - Dança

Rogério G. N. Paganatto
CRC 1SP/1987/0-2

ASSOCIAÇÃO PRÓ DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

1. Objetivos sociais

A Associação Pró Dança (“Associação”), também denominada Pró Dança, inscrita no CNPJ sob o nº 11.035.916/0001-01, fundada em 23 de junho de 2009, é uma Pessoa Jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e apartidária, tem por finalidades apoiar, incentivar, assistir, desenvolver, preservar e promover a cultura, a arte, a educação e a assistência social, cujo funcionamento rege-se pelo seu Estatuto Social, conforme artigo 5º, Parágrafo Primeiro e pelas normas legais e regulamentos que lhe são aplicáveis.

A Associação Pro Dança foi qualificada como Organização Social - O.S. conforme processo publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 31 de outubro de 2009.

2. Contratos de Gestão

Associação Pró Dança tem dois Contratos de Gestão firmados com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Cultura e Economia Criativa (SCEC):

a. Contrato de Gestão nº 001/2019 - São Paulo Companhia de Dança

Firmado em 01 de dezembro de 2019, pelo período de cinco anos, com vigência de 1º de dezembro de 2019 a 30 de novembro de 2024. Para fomento, a operacionalização da gestão e a execução das atividades na área cultural referentes à São Paulo Companhia de Dança, será repassada a importância global de R\$ 56.557. Este valor poderá ser alterado, com o consequente ajuste nas metas convencionadas, por meio de termo aditivo, em razão da disponibilidade orçamentaria do Estado ou de comum acordo entre as Partes. Para o exercício de 2019, o valor foi proveniente da transferência de Saldo da Conta Fundo de Reserva do CG 001/2014 no montante de R\$ 875 (parcela única). Também por meio de transferência de R\$ 52 deste mesmo Fundo de Reserva e CG 001/2014 será a composição do fundo de reserva previsto na Cláusula 7ª, parágrafo sétimo, alínea “b” do Contrato CG 001/2019.

Em 27 de dezembro de 2019, foi firmado o 1º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão onde foi acordado um acréscimo de R\$ 2.395, vindo a totalizar o montante de recursos para 2019 o valor de R\$ 3.269. Desta forma, fica acordada o repasse da importância global de R\$ 58.952.

Em 08 de julho de 2020, foi firmado o 2º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão onde foi acordado o repasse da importância global de R\$ 68.609. Para o exercício de 2020, o montante acordado foi de R\$ 9.043.

ASSOCIAÇÃO PRÓ DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Autorizado no presente termo de aditamento o uso do saldo remanescente do Contrato de Gestão anterior (nº 01/2014), findo em 30 de novembro de 2019, no valor de R\$ 138 (Cl. 5ª), bem como a utilização de R\$ 600 (Cl.6ª), a fim de reduzir os efeitos da redução de repasses em atenção ao Decreto Estadual nº 64.936/2020. As metas e atividades para o exercício de 2020, inclusive a meta de captação, também foram revistas.

Em 29 de abril de 2021, foi firmado o 3º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão, foi acordado o repasse da importância global de R\$ 68.689. Para o exercício de 2021, o montante acordado foi de R\$ 11.000.

Em 31 de dezembro de 2021, a Associação possui saldo de R\$ 3.351 (R\$ 2.401 em 31 de dezembro de 2020) registrados no passivo circulante, a serem aplicados nas finalidades do referido contrato e prestadas contas de acordo com os termos contratuais. De acordo com a Seção 24 do CPC PME, a subvenção governamental será reconhecida como receita na demonstração de resultados nos períodos ao longo dos quais a entidade reconhece os custos relacionados à subvenção que são objetos de compensação.

b. Contrato de Gestão nº 05/2021 - São Paulo Escola de Dança

Firmado em 30 de dezembro de 2021, pelo período de cinco anos, com vigência de 30 de dezembro de 2021 a 31 de dezembro de 2026. Para fomento, a operacionalização da gestão e a execução das atividades na área cultural referentes à São Paulo Escola Dança "Ismael Ivo" - Centro de Formação em Artes Coreográficas do Estado de São Paulo, será repassada a importância global de R\$ 60.092. Este valor poderá ser alterado, com o consequente ajuste nas metas convencionadas, por meio de termo aditivo, em razão a disponibilidade orçamentária do Estado ou de comum acordo entre as partes. Para o exercício de 2021, o montante acordado foi de R\$ 2.800, cujo destino é a Constituição Fundos e uso na Reforma, adaptação e implantação da SP Escola de Dança Ismael Ivo conforme Rubrica 1.2.5 do Anexo III do Contrato de Gestão.

Em 31 de dezembro de 2021, a Associação possui saldo de R\$ 2.717, registrados no passivo circulante, a serem aplicados nas finalidades do referido contrato e prestadas contas de acordo com os termos contratuais. De acordo com a Seção 24 do CPC PME, a subvenção governamental será reconhecida como receita na demonstração de resultados nos períodos ao longo dos quais a entidade reconhece os custos relacionados à subvenção que são objetos de compensação.

3. Apresentação das demonstrações contábeis

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, consubstanciadas nos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e nas disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos, ITG 2002 - Entidade Sem finalidade de Lucros, combinada com a NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que visam orientar o atendimento às exigências legais sobre procedimentos contábeis a serem cumpridos pelas Pessoas Jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros.

As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade da manutenção do contrato de gestão.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva dia 31 de janeiro de 2022, apreciada por esta auditoria independente e será submetida ao Conselho de Administração.

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

ASSOCIAÇÃO PRÓ DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídos na Nota Explicativa nº 13 - Provisão para demandas judiciais.

4. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

a. Instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros não derivativos

A Associação reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Associação tem os seguintes ativos e passivos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Associação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Associação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Os ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado abrangem adiantamento a fornecedores, despesas antecipadas e outros créditos.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

ASSOCIAÇÃO PRÓ DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes, outros créditos, fornecedores e outras contas a pagar. A Associação não transaciona com empréstimos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Eventuais limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Associação são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

b. Apuração do superávit/(déficit)

Os recursos provenientes do contrato de gestão são reconhecidos como receitas observando o regime de competência. A receita decorrente de doações e patrocínios a projetos culturais aprovados de acordo com a Lei Rouanet, recebida na forma de ativo monetário, é reconhecida no resultado do exercício, de maneira sistemática, ao longo do período correspondente às despesas incorridas no desenvolvimento das atividades do projeto.

As receitas de atividades próprias (serviços prestados) são reconhecidas no resultado em função da sua realização. As receitas relativas às doações ou contribuições voluntárias são registradas quando do recebimento financeiro ou físico, momento em que são consideradas realizadas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As despesas e as demais receitas são reconhecidas em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

c. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Associação não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

ASSOCIAÇÃO PRÓ DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

O valor da provisão para créditos duvidosos foi constituído em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

d. Adiantamentos

Refere-se a créditos com funcionários provenientes de valores de folha de pagamento cuja apropriação da despesa ocorrerá em exercício seguinte.

e. Estoques

Os estoques constantes do balanço referem-se a livros produzidos pela Associação, que estão avaliados pelo custo de aquisição, e não superam os preços de mercado.

f. Despesas antecipadas

Referem-se à aquisição antecipada de benefícios (vale transporte e vale alimentação/refeição) a serem distribuídos aos colaboradores, bem como pagamento de prêmios de seguros e outras despesas, cujo período de vigência beneficia o exercício seguinte, e estão representados pelo seu valor nominal.

g. Depósitos judiciais

Refere-se a depósitos que visam suspender a exigibilidade de ações judiciais trabalhistas e ações da COFINS, incidentes sobre as receitas próprias e as receitas decorrentes do contrato de gestão, e estão vinculados às obrigações no passivo não circulante. Estão demonstrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

h. Aplicações financeiras vinculadas

Os saldos de aplicações financeiras vinculados a reservas de capital estão classificados no ativo não circulante e estão demonstrados pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço.

i. Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

ASSOCIAÇÃO PRÓ DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

j. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Associação tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

k. Gratuidade - serviços voluntários

As receitas com trabalhos voluntários, quando existentes, são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. Conforme estabelecido na Resolução CFC 2015/ITG2002 Interpretação (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucro, a Entidade a partir do exercício social de 2015, passou a valorizar as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração.

As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida nas despesas operacionais. Em 2021, a Entidade reconheceu o montante de R\$ 14 de receita com trabalho voluntário (R\$ 19 em 2020).

l. Patrimônio líquido

Representa o patrimônio inicial da Associação, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição que são empregados integralmente nos objetivos sociais da Associação, conforme divulgado na Nota Explicativa n° 16.

m. Demonstração do fluxo de caixa

A Associação apresenta os fluxos de caixa às atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o superávit ou o déficit é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesas associadas com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

ASSOCIAÇÃO PRÓ DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Recursos Próprios		
Bancos conta movimento (a)	-	-
Aplicações financeiras de curto prazo (b)	598	496
	<u>598</u>	<u>496</u>
Contrato de Gestão nº 001/2019		
Caixa	11	32
Aplicações financeiras de curto prazo (b)	3.695	2.708
	<u>3.706</u>	<u>2.740</u>
Contrato de Gestão nº 005/2021		
Bancos conta movimento (a)	120	-
Aplicações financeiras de curto prazo (b)	2.680	-
	<u>2.800</u>	<u>-</u>
Leis de Incentivos Fiscais		
Bancos conta movimento (a)	402	1.101
Aplicações financeiras de curto prazo (b)	1.826	-
	<u>2.228</u>	<u>1.101</u>
	<u>9.332</u>	<u>4.337</u>

- (a) Os Saldos “Bancos conta movimento” são representados, por contas correntes mantidas em instituições financeiras nacionais de primeira linha (Banco do Brasil e Banco Itaú S/A);
- (b) As aplicações referem-se a cotas de fundo de investimentos principal referenciado DI e classificado como caixa e equivalentes de caixa por possuir liquidez imediata e pelo fato de a Administração efetuar resgates rotineiros em conformidade com a necessidade de caixa da Associação. O fundo acompanha as variações diárias da taxa de juros do CDI ou da taxa SELIC, mediante aplicação de seus recursos em cotas de fundos de investimentos. Os rendimentos auferidos nas aplicações financeiras da Associação não estão sujeitas à incidência de impostos, devido a Associação gozar de imunidade de tributos federais.

Composição das aplicações financeiras

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Contrato de Gestão nº 001/2019		
Banco do Brasil - Fundo de Investimento	3.695	2.708
Contrato de Gestão nº 005/2021		
Banco do Brasil - Fundo de Investimento	2.680	-
Lei de Incentivo Fiscal		
Banco do Brasil - Fundo de Investimento	1.826	-
Recursos Próprios		
Banco Itaú - Fundo de Investimento	598	496
	<u>8.799</u>	<u>3.204</u>

ASSOCIAÇÃO PRÓ DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

6. Estoques

	31/12/2021	31/12/2020
Livros	28	30
Estoque em poder de terceiros	89	91
(-) Perda estimada com estoque de baixo giro	(74)	(75)
	<u>43</u>	<u>46</u>

7. Depósitos para recursos judiciais

	31/12/2021	31/12/2020
Depósito judicial - COFINS	7.653	7.132
Depósito judicial - Trabalhista	7	784
	<u>7.660</u>	<u>7.916</u>

O montante de R\$ 7.661, em 31 de dezembro de 2021, suporta as provisões para demandas judiciais (Nota Explicativa nº 13), em caso de decisão judicial desfavorável à Associação.

8. Aplicações financeiras vinculadas

	31/12/2021	31/12/2020
Banco do Brasil - Fundo de Investimento (i)	819	790
Banco do Brasil - Fundo de Investimento (ii)	3.889	3.746
	<u>4.708</u>	<u>4.536</u>

(i) Fundo de Reserva:
Contrato de Gestão nº 001/2019

Constituído de acordo com a Cláusula Sétima, Parágrafo Sétimo, item (b) do Contrato de Gestão e do primeiro termo de aditamento assinado em 27 de dezembro de 2019, equivalente a 6% dos valores repassados no primeiro ano de vigência do Contrato de Gestão.

(ii) Fundo de Contingência:
Contrato de Gestão nº 001/2019

Constituído de acordo com sua Cláusula Sétima, Parágrafo Sétimo, item (c) do Contrato de Gestão com redação dada pelo primeiro termo de aditamento, no percentual de 2,84% do valor global do Contrato de Gestão definido no primeiro termo de aditamento.

Os valores depositados no Fundo de Reserva só poderão ser utilizados pela Associação Pró Dança na hipótese de atrasos dos repasses por parte da Secretário da Cultura e Economia Criativa, condicionado à aprovação do Conselho da Administração, conforme Parágrafo Sétimo da Cláusula Sétima, letra (b).

Os valores depositados no Fundo de Contingência só poderão ser utilizados pela Associação Pró Dança por deliberação de $\frac{3}{4}$ dos seus membros, e do Secretário da Cultura e Economia Criativa. No final do contrato, eventual

ASSOCIAÇÃO PRÓ DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

saldo financeiro remanescente na conta de contingência será rateado entre o Estado e a Organização Social, observada a mesma proporção com que foi constituído.

Os recursos vinculados, registrados na rubrica de aplicações financeiras vinculadas, ativo não circulante, possuem como contrapartida a Rubrica Contábil “Receita antecipada do contrato de gestão”, no passivo não circulante.

9. Imobilizado e intangível líquidos

a) Composição

	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido 31/12/2021	Líquido 31/12/2020
Instalações	15	(15)	-	-
Moveis e utensílios	225	(214)	11	10
Máquinas, aparelhos e equipamentos	660	(555)	105	116
Instrumentos musicais	1	(1)	-	-
Condicionadores de ar	108	(108)	-	-
Equipamentos de informática	414	(304)	110	105
Cessão de uso de software	175	(151)	24	30
Bens móveis	456	(456)	-	-
	2.054	(1.804)	250	261

b) Movimentação

	31/12/2020	Adições	Baixas	31/12/2021
Instalações	15	-	-	15
Moveis e utensílios	223	2	-	225
Máquinas, aparelhos e equipamentos	658	2	-	660
Instrumentos musicais	1	-	-	1
Condicionadores de ar	108	-	-	108
Equipamentos de informática	377	36	-	414
Cessão de uso de software	169	6	-	175
Bens móveis	456	-	-	456
	2.007	46	-	2.054
Depreciações e amortizações	(1.746)	(58)	-	(1.804)
	261	(12)	-	250

10. Provisões trabalhistas e encargos

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para férias	368	258
Encargos sociais sobre provisões de férias	127	92
	495	350

ASSOCIAÇÃO PRÓ DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

11. Recursos de lei de incentivos fiscais

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Projeto		
PRONAC 184819 - Plano Bi-Anual 2019/2020	-	655
PRONAC 204081 - Plano Bi-Anual 2021/2022	<u>2.228</u>	<u>446</u>
	<u>2.228</u>	<u>1.101</u>

Corresponde a valores recebidos antecipadamente a título de patrocínio ou doações, para execução de projetos aprovados pela Secretaria Especial da Cultura do Ministério do Turismo, conforme determinação da Lei nº 8.313/91, de 23 de dezembro de 1991, que criou o Programa Nacional de Apoio à Cultura.

O saldo está depositado em conta corrente específica, na Rubrica “Caixa e equivalentes”.

Associação Pró Dança

ASSOCIAÇÃO PRÓ DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

12. Recursos do contrato de gestão

Descrição custo	Saldos em 31/12/2020	Repasses Recebidos	Transf.	Captação de Recursos	Receitas Financeiras	Transf. Imobilizado	Outras Mov.	Consumo	Saldos em 31/12/2021
Contrato de Gestão (001/2019) (a)	2.401	11.000	(613)	2.761	974	11	-	(13.183)	3.351
Contrato de Gestão (05/2021) (a)	-	2.800	-	-	1	-	-	(84)	2.717
Subtotal	2.401	13.800	(613)	2.761	975	11	-	(13.267)	6.068
Obrigações com o Estado - Fundo Reserva e Contingência (001/2019)	4.536	-	-	-	172	-	-	-	4.708
Obrigações com o Estado - Ativo Imobilizado (001/2019)	261	-	-	-	-	(11)	-	-	250
Reserva para Investimentos (001/2019)	10.774	-	-	-	442	-	-	(1)	11.216

(a) Em 31 de dezembro de 2021, a Associação possui saldo de R\$ 6.068, registrados no passivo circulante, a serem aplicados nas finalidades dos referidos contratos e prestadas contas de acordo com os termos contratuais. De acordo com a Seção 24 do CPC PME, a subvenção governamental será reconhecida como receita na demonstração de resultados nos períodos ao longo dos quais a entidade reconhece os custos relacionados à subvenção que são objetos de compensação.

ASSOCIAÇÃO PRÓ DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

13. Provisão para demandas judiciais

A Associação é parte em processos judiciais e administrativos, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo substancialmente questões tributárias e trabalhistas.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, na análise de processos judiciais pendentes e nas quantias envolvidas, constituiu provisão em montante suficiente para cobrir eventuais condenações em tais processos, podendo ser assim demonstradas:

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para contingências - COFINS (a)	7.653	7.132
Provisão para contingências - Trabalhistas (b)	-	776
	<u>7.653</u>	<u>7.908</u>

- (a) **COFINS:** a Associação considera que todas as receitas derivadas de suas atividades são isentas da COFINS. Não obstante, no período de maio de 2010 a abril de 2011, a Administração adotou posição conservadora e recolheu a COFINS sobre as receitas decorrentes de suas atividades próprias. Diante da notícia de que, em solução de consulta formulada por outra Organização Social, o Fisco Federal não reconheceu a isenção da COFINS sobre as receitas auferidas em Contrato de Gestão, sob o fundamento de que tais receitas possuem caráter contraprestacional direto, a partir de julho de 2011 a Associação passou a provisionar o valor correspondente a eventual incidência de COFINS sobre todas as suas receitas (receitas próprias e contrato de gestão), propôs ação declaratória cumulada com repetição de indébito em face da União Federal, realizou o depósito do tributo em discussão relativo a exercícios anteriores e vem realizando depósitos judiciais sucessivos em relação às receitas posteriormente auferidas; e
- (b) **Trabalhistas:** para 2021, a Associação não realizou provisão para reclamações trabalhistas (R\$ 776 em 2020) com base em informações dos assessores jurídicos. Em 09 de abril de 2021, foi publicado acórdão que deu provimento ao agravo de petição da reclamada para determinar que os valores devidos à reclamante e ao perito judicial deverão se limitar ao importe nominal fixado, devendo proceder com a devolução do valor excedente, caso os alvarás já tenham sido levantados. Em 23 de agosto de 2021, as partes celebraram acordo, comprometendo-se a reclamante a devolver a quantia de R\$ 43,8 em 22 parcelas. Em 27 de agosto de 2021, a juíza homologou o acordo e determinou a devolução do saldo remanescente do depósito judicial para a Associação, tendo em vista a União ter se quedado silente. A juíza determinou, ainda, o arquivamento definitivo dos autos dez dias após o pagamento da última parcela pela reclamante. O saldo remanescente de R\$ 788, foi depositado na conta corrente da Associação em 09 de setembro de 2021. Em 06 de dezembro de 2021, a Reclamante depositou a 4ª parcela do acordo na conta corrente da Reclamada, restando 18 parcelas a receber de vencimento entre os meses de janeiro de 2022 a junho de 2023.

CSLL: a Associação não efetuou qualquer provisionamento quanto à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, pois a Administração e seus assessores jurídicos entendem que esta contribuição não incide sobre os superávits da Associação, tendo em vista a impossibilidade de equiparação do superávit ao lucro.

Imunidade tributária a impostos: a Associação, em observância aos seus objetivos institucionais, desenvolve dentre suas atividades a educação e a cultura, sem fins lucrativos, com todas as suas receitas previstas estatutariamente. Ademais, cumpre integralmente todos os requisitos previstos no Código Tributário Nacional para gozo da imunidade tributária prevista na alínea "c" do inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal.

ASSOCIAÇÃO PRÓ DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

A movimentação da conta está demonstrada conforme segue:

	<u>31/12/2020</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2021</u>
Tributárias	7.132	521	-	7.653
Trabalhistas	776	11	(787)	-
	<u>7.908</u>	<u>532</u>	<u>(787)</u>	<u>7.653</u>

14. Títulos e valores mobiliários

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Recuperação de depósitos Judiciais - ISS	11.216	10.774
	<u>11.216</u>	<u>10.774</u>

Refere-se a recuperação judicial dos depósitos judiciais do ISS acrescidos dos rendimentos financeiros.

A destinação deste valor é para ações estruturantes, a fim de dar permanência às atividades e consolidar uma sede própria para a Companhia e só poderá ser utilizado mediante aprovação das partes de projeto para a finalidade prevista no caput da Cl. 7ª, § 13º do 2º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão nº 001/2019 assinado em 08 de julho de 2020.

15. Obrigações com o Estado (ativo imobilizado)

A Administração da Associação adota como critério para reconhecimento de obrigação de longo prazo para com o Estado, o registro de valor equivalente ao montante líquido de seu ativo imobilizado vinculado aos Contratos de Gestão. O saldo da rubrica é aumentado em contrapartida de lançamento na rubrica de projetos a executar, sempre que há nova aquisição, e reduzido em contrapartida da rubrica de despesa de depreciação.

O ativo imobilizado adquirido pela Administração da Associação com os Contratos de Gestão será utilizado exclusivamente nos projetos incentivados.

	<u>Líquido 31/12/2021</u>	<u>Líquido 31/12/2020</u>
Instalações	-	-
Móveis e utensílios	11	10
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	105	116
Equipamentos de informática	110	105
Cessão de uso de software	24	30
	<u>250</u>	<u>261</u>

ASSOCIAÇÃO PRÓ DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

16. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido é composto, substancialmente, pelo patrimônio social e pelos déficits/superávits apurados anualmente.

Em caso de extinção ou desqualificação da Associação, seu patrimônio, legados ou doações, assim como eventuais excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão destinados integralmente ao patrimônio de outra Organização Social, qualificada no âmbito do Estado de São Paulo na mesma área de atuação, escolhida em Assembleia Geral e ao patrimônio do Estado, na proporção dos recursos e bens por estes alocados, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 846/98 e no Decreto Estadual nº 43.493/98.

17. Receitas do contrato de gestão

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Recursos Operacionais Vinculados ao CG nº 001/2014	-	11
Contrato nº 001/2019	9.448	9.805
Contrato nº 005/2021	83	-
	<u>9.531</u>	<u>9.816</u>

18. Receitas financeiras

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Rendimentos de aplicações financeiras	804	245
Variações cambiais/Atualizações monetárias	212	477
Descontos e abatimentos	5	23
	<u>1.021</u>	<u>745</u>

19. Receitas de atividades próprias

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receitas de atividades culturais e artísticas	1.385	963
Vendas de ingressos, bilheterias e assinaturas	85	118
Doações e patrocínios privados	476	155
Projetos incentivados - PRONAC	1.000	851
Recuperação de despesas e reembolsos	885	534
Outras	16	152
	<u>3.847</u>	<u>2.773</u>

ASSOCIAÇÃO PRÓ DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

20. Despesas com pessoal

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Salários e remunerações	(5.011)	(4.362)
Encargos sociais	(1.806)	(1.633)
Benefícios	(636)	(581)
Estagiários/aprendizes	(62)	(15)
Provisão de férias e encargos sobre	(822)	(802)
Provisão de 13º e encargos sobre	(618)	(601)
Outras	(47)	(79)
	<u>(9.002)</u>	<u>(8.073)</u>

21. Atividades artísticas

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Coreografias	(296)	(284)
Taxas e impostos	(18)	(10)
Técnica e produção	(602)	(545)
Transportes e viagens	(916)	(924)
Figurino, cenário e iluminação	(269)	(172)
Outras	(541)	(519)
	<u>(2.642)</u>	<u>(2.454)</u>

22. Despesas administrativas e gerais

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Consultorias e assessorias	(794)	(997)
Materiais de consumo	(42)	(28)
Seguros	(82)	(86)
Representação	(8)	(7)
Serviços de terceiros de estrutura e manutenção	(261)	(207)
Locação de máquinas, equipamentos e imóveis	(162)	(113)
Outras	(116)	(46)
	<u>(1.465)</u>	<u>(1.484)</u>

23. Despesas financeiras

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Despesas bancárias	(11)	(20)
Variações cambiais/atualizações monetárias	(200)	(406)
Taxas e comissões de cartões de crédito	(9)	(17)
Outras	(3)	-
	<u>(223)</u>	<u>(443)</u>

ASSOCIAÇÃO PRÓ DANÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

24. Instrumentos financeiros

As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à sua atividade econômica, particularmente aplicações financeiras com vencimentos de curto prazo e contas a pagar.

Essas transações são apresentadas no balanço pelos valores de custo, acrescidas das respectivas apropriações de receitas e despesas que, tendo em vista a natureza das transações e os seus períodos de vencimento, se aproximam dos valores de mercado.

25. Cobertura de seguros

A Associação, com base na avaliação de risco efetuada por profissionais especializados, mediante as apólices firmadas, adota a política de contratar cobertura de seguros e riscos diversos para os bens sujeitos a riscos em montantes suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

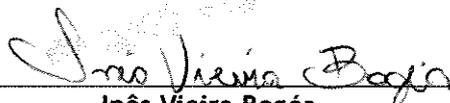
26. Desmobilização

De acordo com a ITG 2000, as contas de compensação não são obrigatórias. As mesmas constituem o controle e registro de fatos relevantes, como direitos e obrigações que irão se materializar no futuro, e que possam modificar o patrimônio da Entidade.

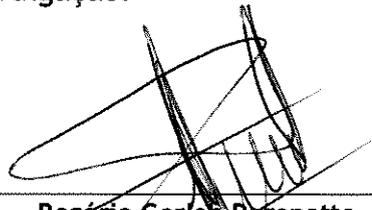
No caso de desmobilização de toda a equipe da Associação, os valores provenientes do aviso prévio, multa de FGTS e encargos previdenciários, totalizariam em 31 de dezembro de 2021, a quantia de R\$ 2.543 (R\$ 2.286 em 2020).

27. Eventos subsequentes

Não ocorreu nenhum evento subsequente até a data de aprovações destas demonstrações contábeis que requeressem divulgação.



Inês Vieira Bogéa
Diretora Executiva e Artística
CPF 514.174.306-30



Rogério Gerlan Paganatto
CRC 1SP 131987/O-3
CPF 129.306.908-60



JOSÉ GALBA DE AQUINO
Superint. Adm. Financeiro
Associação Pró - Dança

ASSOCIAÇÃO PRÓ DANÇA
(CNPJ nº 11.035.916/0001-01)

Relatórios Financeiros e de Execução do Contrato de Gestão

Balancos Patrimoniais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)							
Ativo	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	9.332	4.337	Contas e títulos a pagar		34	62
Adiantamentos		79	6	Obrigações trabalhistas e encargos sociais		127	38
Contas a Receber		43	46	Provisões trabalhistas e encargos	10	495	350
Estoque	6	29	50	Recursos de lei de incentivos fiscais	11	2.228	1.101
Despesas antecipadas		49	40	Receita antecipada do contrato de gestão	12	6.068	2.401
		9.540	4.439			9.952	3.952
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Provisão para demandas judiciais	13	7.653	7.908
Depósitos para recursos judiciais	7	7.660	7.916	Receita antecipada do contrato de gestão	12	4.708	4.536
Aplicações financeiras vinculadas	8	4.708	4.536	Obrigações com o Estado (ativo imobilizado)	12/15	250	261
Títulos e valores mobiliários (reserva para investimento)	14	11.216	10.774	Obrigações com o Estado (reserva para investimentos)	14	11.216	10.774
		23.584	23.226			23.827	23.479
Total do ativo		33.374	27.926	Total do passivo e patrimônio líquido		33.374	27.926

Demonstrações do Resultado Exercícios			
findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)			
Receitas operacionais	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Receitas do contrato de gestão	17	9.531	9.816
Receitas financeiras	18	1.021	745
Receitas de atividades próprias	19	3.847	2.773
Gratuidade - serviços voluntários		4	19
Receitas de atividades mercantis		4	2
		14.417	13.355
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	20	(9.002)	(8.073)
Atividades artísticas	21	(2.642)	(2.453)
Divulgação e comunicação		(385)	(211)
Despesas administrativas e gerais	22	(1.465)	(1.484)
Gratuidade - serviços voluntários		(14)	(19)
Utilidades Públicas		(75)	(91)
Impostos, taxas e contribuições		(448)	(305)
Despesas financeiras	23	(223)	(443)
Depreciações e amortizações		(59)	(39)
Custos de atividades mercantis		(4)	(77)
		(14.317)	(13.195)
Superávit líquido do período		100	160

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de Reais)			
Patrimônio social	Superávits líquidos/déicits) acumulados	Total	
335	-	335	
-	160	160	
-	(160)	-	
495	-	495	
-	100	100	
-	(100)	-	
100	-	100	
595	-	595	

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios			
findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)			
	2021	2020	
Superávit líquido do período	100	160	
Itens que não afetam o caixa			
(+) Depreciações e amortizações	59	39	
(+) Provisão para demandas judiciais	(256)	390	
(-) (Redução) líquido	-	-	
ISS recuperado	-	(10.433)	
Déficit do exercício ajustado	(97)	(9.844)	
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
(+/-) Variação nas contas patrimoniais			
(+/-) (Redução)/aumento de contas a receber	(57)	860	
(+/-) (Redução)/aumento de depósitos judiciais a levantar	(442)	47	
(+/-) (Redução)/aumento de adiantamentos	(73)	178	
(+) Aumento de estoques	3	77	
(+) Aumento de despesas antecipadas	21	9	
(+/-) (Redução)/aumento de depósitos para recursos judiciais	256	(390)	
(+/-) (Redução)/aumento de aplicações financeiras vinculadas	(172)	494	
(-) Redução de contas e títulos a pagar	(28)	(1)	
(+) Aumento de obrigações trabalhistas e encargos	89	33	
(+/-) (Redução)/aumento de provisões trabalhistas e encargos	145	(188)	
(+/-) Aumento/(redução) de recursos de lei de incentivos fiscais	1.127	(382)	
(-) Redução de adiantamentos	-	(379)	
(-) Redução de honorários advocatícios a pagar	-	(388)	
(+/-) Aumento/(redução) de receita antecipada do Contrato de Gestão	3.839	(587)	
(+/-) (Redução)/aumento de obrigações com o Estado (ativo imobilizado)	(11)	133	
(-) Redução em outras Receitas Antecipadas	-	(782)	
	4.697	(1.266)	
(=) Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	4.600	(11.110)	
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento			
Aquisição de bens do imobilizado e intangível	(47)	(172)	
Títulos e valores mobiliários (reserva para investimentos)	442	10.774	
(=) Fluxo de caixa consumido nas atividades de investimento	395	10.602	
(=) Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	4.995	(508)	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.337	4.845	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9.332	4.337	
(=) Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	4.995	(508)	

1. Objetivos sociais: A Associação Pró Dança (Associação), também denominada Pró Dança no CNPJ sob o nº 11.035.916/0001-01, fundada em 23 de junho de 2009, é uma Pessoa Jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e apatridária, tem por finalidades apoiar, incentivar, assistir, desenvolver, preservar e promover a cultura, a arte, a educação e a assistência social, cujo funcionamento rege-se à pelo seu Estatuto Social, conforme artigo 5º, Parágrafo Primeiro e pelas normas legais e regulamentares que lhe são aplicáveis. A Associação Pró Dança foi qualificada como Organização Social - O.S. conforme processo publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 31 de outubro de 2009.

2. Contratos de Gestão: Associação Pró Dança tem dois Contratos de Gestão firmados com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Cultura e Economia Criativa (SCCE): **a. Contrato de Gestão nº 001/2019 - São Paulo Companhia de Dança:** Firmado em 01 de dezembro de 2019, pelo período de cinco anos, com vigência de 1º de dezembro de 2019 a 30 de novembro de 2024. Para fomento, a operacionalização da gestão e a execução das atividades na área cultural referentes à São Paulo Companhia de Dança, será repassada a importância global de R\$ 56.557. Este valor poderá ser alterado, com o consequente ajuste nas metas conveniadas, por meio de termo aditivo, em razão a disponibilidade orçamentária do Estado ou de comum acordo entre as Partes. Para o exercício de 2019, o valor foi proveniente da transferência de Saldo da Conta Fundo de Reserva do CG 001/2014 no montante de R\$ 8.756 (parcela única). Também por meio de transferência de R\$ 52 deste mesmo Fundo de Reserva e CG 001/2014 será a composição do fundo de reserva previsto na Cláusula 7ª, parágrafo sétimo, alínea "b" do Contrato CG 001/2019. Em 27 de dezembro de 2019, foi firmado o 1º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão onde foi acordado um acréscimo de R\$ 2.395, vindo a totalizar o montante de recursos para 2019 o valor de R\$ 3.269. Desta forma, fica acordada o repasse da importância global de R\$ 58.952. Em 08 de julho de 2020, foi firmado o 2º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão onde foi acordado o repasse da importância global de R\$ 68.609. Para o exercício de 2020, o montante acordado foi de R\$ 9.043. Autorizado no presente termo de aditamento o uso do saldo remanescente do Contrato de Gestão anterior (nº 001/2014), firmado em 30 de novembro de 2019, no valor de R\$ 138 (Cl. 5ª), bem como a utilização de R\$ 600 (Cl.6ª), a fim de reduzir os efeitos da redução de repasses em atenção ao Decreto Estadual nº 64.936/2020. As metas e atividades para o exercício de 2020, inclusive a meta de captação, também foram revistas. Em 29 de abril de 2021, foi firmado o 3º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão, foi acordado o repasse da importância global de R\$ 68.689. Para o exercício de 2021, o montante acordado foi de R\$ 11.000. Em 31 de dezembro de 2021, a Associação possui saldo de R\$ 3.351 (R\$ 2.401 em 31 de dezembro de 2020) registrados no passivo circulante, a serem aplicados nas finalidades do referido contrato e prestadas contas de acordo com os termos contratuais. De acordo com a Seção 24 do CPC PME, a subvenção governamental será reconhecida como receita da demonstração de resultados nos períodos ao longo dos quais a entidade reconhece os custos relacionados à subvenção que são objetos de compensação. **b. Contrato de Gestão nº 005/2021 - São Paulo Escola de Dança:** Firmado em 30 de dezembro de 2021, pelo período de cinco anos, com vigência de 30 de dezembro de 2021 a 31 de dezembro de 2026. Para fomento, a operacionalização da gestão e a execução das atividades na área cultural referentes à São Paulo Escola Dança "Ismael Ivo" - Centro de Formação em Artes Coreográficas do Estado de São Paulo, será repassada a importância global de R\$ 60.092. Este valor poderá ser alterado, com o consequente ajuste nas metas conveniadas, por meio de termo aditivo, em razão a disponibilidade orçamentária do Estado ou de comum acordo entre as partes. Para o exercício de 2020, o montante acordado foi de R\$ 2.800, cujo destino é a Constituição Fundos e uso na Reforma, adaptação e implantação da SP Escola de Dança Ismael Ivo conforme Rubrica 1.2.5 do Anexo III do Contrato de Gestão. Em 31 de dezembro de 2021, a Associação possui saldo de R\$ 2.717, registrados no passivo circulante, a serem aplicados nas finalidades do referido contrato e prestadas contas de acordo com os termos contratuais. De acordo com a Seção 24 do CPC PME, a subvenção governamental será reconhecida como receita na demonstração de resultados nos períodos ao longo dos quais a entidade reconhece os custos relacionados à subvenção que são objetos de compensação. **3. Apresentação das demonstrações contábeis: a. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, substanciadas nos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e nas disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos, ITG 2002 - Entidade Sem Finalidade de Lucros, combinada com a NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que visam orientar o atendimento às exigências legais sobre procedimentos contábeis a serem cumpridos pelas Pessoas Jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade da manutenção do contrato de gestão. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva dia 31 de janeiro de 2022, apreciada por esta auditoria independente e será submetida ao Conselho de Administração. **b. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Outras estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídos na Nota Explicativa nº 13 - Provisão para demandas judiciais. **4. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis. **a. Instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros não derivativos:** A Associação reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Associação tem os seguintes ativos e passivos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Associação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Associação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado do exercício. Os ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado abrangem adiantamento a fornecedores, despesas antecipadas e outros créditos. **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação admissíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes, outros créditos, fornecedores e outras contas a pagar. A Associação não transaciona com empréstimos. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Eventuais limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Associação são incluídos como um componente das disponibilidades para fins de demonstração dos fluxos de caixa. **b. Apuração do superávit/déficit:** Os recursos provenientes do contrato de gestão são reconhecidos como receitas observando o regime de competência. A receita decorrente de doações e patrocínios a projetos culturais aprovados de acordo com a Lei Rouanet, recebida na forma de ativo monetário, é reconhecida no resultado do exercício, de maneira sistemática, ao longo do período correspondente às despesas incorridas no desenvolvimento das atividades do projeto. As receitas de atividades próprias (serviços prestados) são reconhecidas no resultado em função da sua realização. As receitas relativas às doações ou contribuições voluntárias são registradas quando do recebimento financeiro ou físico, momento em que são consideradas realizadas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As despesas e as demais receitas são reconhecidas em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. **c. Contas a receber:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Associação não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. O valor da provisão para créditos duvidosos foi constituído em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber. **d. Adiantamentos:** Refere-se a créditos com funcionários provenientes de valores de folha de pagamento cuja apropriação da despesa ocorrerá em exercício seguinte. **e. Estoques:** Os estoques constantes do balanço referem-se a livros produzidos pela Associação, que estão avaliados pelo custo de aquisição, e não superam os preços de mercado. **f. Despesas antecipadas:** Referem-se à aquisição antecipada de benefícios (vale transporte e vale alimentação/refeição) a serem distribuídos aos colaboradores, bem como pagamento de prêmios de seguro e outras despesas, cujo período de vigência beneficia o exercício seguinte, e estão representados pelo seu valor nominal. **g. Depósitos judiciais:** Refere-se a depósitos que visam suspender a executividade de ações judiciais trabalhistas e ações da COFINA incidentes sobre as receitas próprias e as receitas decorrentes do contrato de gestão, e estão vinculados às obrigações no passivo não circulante. Estão demonstrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **h. Aplicações financeiras vinculadas:** Os saldos de aplicações financeiras vinculadas a reservas de capital estão classificados no ativo não circulante e estão demonstrados pelo valor de aplicação, acrescidos dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço. **i. Passivos circulantes e não circulantes:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. **j. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Associação tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **k. Gratuidade - serviços voluntários:** As receitas com trabalhos voluntários, quando existentes, são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. Conforme estabelecido na Resolução CFC 2015/ITG2002 Interpretação (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucro, a Entidade a partir do exercício social de 2015, passou a valorizar as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida nas despesas operacionais. Em 2021, a Entidade reconheceu o montante de R\$ 14 de receita com trabalho voluntário (R\$ 19 em 2020). **l. Patrimônio líquido:** Representa o patrimônio inicial da Associação, acrescido ou reduzido dos superávits/déicits apurados anualmente desde a data de sua constituição que são empregados integralmente nos objetivos sociais da Associação, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 16. **m. Demonstração do fluxo de caixa:** A Associação apresenta os fluxos de caixa às atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o superávit ou o déficit é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesas associadas com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

3. Apresentação das demonstrações contábeis: a. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, substanciadas nos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e nas disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos, ITG 2002 - Entidade Sem Finalidade de Lucros, combinada com a NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que visam orientar o atendimento às exigências legais sobre procedimentos contábeis a serem cumpridos pelas Pessoas Jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade da manutenção do contrato de gestão. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva dia 31 de janeiro de 2022, apreciada por esta auditoria independente e será submetida ao Conselho de Administração. **b. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Outras estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídos na Nota Explicativa nº 13 - Provisão para demandas judiciais. **4. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis. **a. Instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros não derivativos:** A Associação reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Associação tem os seguintes ativos e passivos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Associação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Associação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado do exercício. Os ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado abrangem adiantamento a fornecedores, despesas antecipadas e outros créditos. **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação admissíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes, outros créditos, fornecedores e outras contas a pagar. A Associação não transaciona com empréstimos. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Eventuais limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Associação são incluídos como um componente das disponibilidades para fins de demonstração dos fluxos de caixa. **b. Apuração do superávit/déficit:** Os recursos provenientes do contrato de gestão são reconhecidos como receitas observando o regime de competência. A receita decorrente de doações e patrocínios a projetos culturais aprovados de acordo com a Lei Rouanet, recebida na forma de ativo monetário, é reconhecida no resultado do exercício, de maneira sistemática, ao longo do período correspondente às despesas incorridas no desenvolvimento das atividades do projeto. As receitas de atividades próprias (serviços prestados) são reconhecidas no resultado em função da sua realização. As receitas relativas às doações ou contribuições voluntárias são registradas quando do recebimento financeiro ou físico, momento em que são consideradas realizadas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As despesas e as demais receitas são reconhecidas em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. **c. Contas a receber:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Associação não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. O valor da provisão para créditos duvidosos foi constituído em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber. **d. Adiantamentos:** Refere-se a créditos com funcionários provenientes de valores de folha de pagamento cuja apropriação da despesa ocorrerá em exercício seguinte. **e. Estoques:** Os estoques constantes do balanço referem-se a livros produzidos pela Associação, que estão avaliados pelo custo de aquisição, e não superam os preços de mercado. **f. Despesas antecipadas:** Referem-se à aquisição antecipada de benefícios (vale transporte e vale alimentação/refeição) a serem distribuídos aos colaboradores, bem como pagamento de prêmios de seguro e outras despesas, cujo período de vigência beneficia o exercício seguinte, e estão representados pelo seu valor nominal. **g. Depósitos judiciais:** Refere-se a depósitos que visam suspender a executividade de ações judiciais trabalhistas e ações da COFINA incidentes sobre as receitas próprias e as receitas decorrentes do contrato de gestão, e estão vinculados às obrigações no passivo não circulante. Estão demonstrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **h. Aplicações financeiras vinculadas:** Os saldos de aplicações financeiras vinculadas a reservas de capital estão classificados no ativo não circulante e estão demonstrados pelo valor de aplicação, acrescidos dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço. **i. Passivos circulantes e não circulantes:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. **j. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Associação tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **k. Gratuidade - serviços voluntários:** As receitas com trabalhos voluntários, quando existentes, são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. Conforme estabelecido na Resolução CFC 2015/ITG2002 Interpretação (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucro, a Entidade a partir do exercício social de 2015, passou a valorizar as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida nas despesas operacionais. Em 2021, a Entidade reconheceu o montante de R\$ 14 de receita com trabalho voluntário (R\$ 19 em 2020). **l. Patrimônio líquido:** Representa o patrimônio inicial da Associação, acrescido ou reduzido dos superávits/déicits apurados anualmente desde a data de sua constituição que são empregados integralmente nos objetivos sociais da Associação, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 16. **m. Demonstração do fluxo de caixa:** A Associação apresenta os fluxos de caixa às atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o superávit ou o déficit é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesas associadas com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.



Continuação...

Os valores depositados no Fundo de Reserva só poderão ser utilizados pela Associação Pró Dança na hipótese de atrasos dos repasses por parte da Secretária da Cultura e Economia Criativa, condicionado à aprovação do Conselho da Administração, conforme Parágrafo Sétimo da Cláusula Sétima, letra (b). Os valores depositados no Fundo de Contingência só poderão ser utilizados pela Associação Pró Dança por deliberação de 2/3 dos seus membros, e do Secretário da Cultura e Economia Criativa. No final do contrato, eventual saldo financeiro remanescente na conta de contingência será rateado entre o Estado e a Organização Social, observada a mesma proporção com que foi constituído. Os recursos vinculados, registrados na rubrica de aplicações financeiras vinculadas, ativo não circulante, possuem como contrapartida a Rubrica Contábil "Receita antecipada do contrato de gestão", no passivo não circulante.

9. Imobilizado e intangível líquidos:

a. Composição:	Depreciação		Líquido 31/12/2021	Líquido 31/12/2020
	Custo	Acumulada		
Instalações	15	(15)	-	-
Móveis e utensílios	225	(214)	11	10
Máquinas, aparelhos e equipamentos	660	(555)	105	116
Instrumentos musicais	1	(1)	-	-
Condicionadores de ar	108	(108)	-	-
Equipamentos de informática	414	(304)	110	105
Cessão de uso de software	175	(151)	24	30
Bens móveis	456	(456)	-	-
	2.054	(1.804)	250	261

12. Recursos do contrato de gestão:

Descrição custo	Saldos em 31/12/2021		Repasses em 31/12/2021		Captação de recursos em 31/12/2021		Receitas em 31/12/2021		Transf. em 31/12/2021		Outras em 31/12/2021		Saldos em 31/12/21	
	31/12/2021	Recebidos	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Contrato de Gestão (001/2019) (a)	2.401	11.000	(613)	2.761	974	11	-	(13.183)	3.351	-	-	-	(84)	2.717
Contrato de Gestão (005/2021) (a)		2.800	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	6.068
Subtotal	2.401	13.800	(613)	2.761	975	11	-	(13.287)	6.068	-	-	-	(84)	8.785
Obrigações com o Estado - Fundo Reserva e Contingência (001/2019)	4.536	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.536
Obrigações com o Estado - Ativo Imobilizado (001/2019)	261	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	261
Reserva para Investimentos (001/2019)	10.774	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.774

(a) Em 31 de dezembro de 2021, a Associação possui saldo de R\$ 6.068, registrados no passivo circulante, a serem aplicados nas finalidades dos referidos contratos e prestação de serviços em termos contratuais. De acordo com a Seção 24 do CPC PME, a subvenção governamental será reconhecida como receita na demonstração de resultados nos períodos ao longo dos quais a entidade reconhece os custos relacionados à subvenção que são objetos de compensação.

13. Provisão para demandas judiciais: A Associação é parte em processos judiciais e administrativos, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo substancialmente questões tributárias e trabalhistas. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, na análise de processos judiciais pendentes e nas quantias envolvidas, constituiu provisão em montante suficiente para cobrir eventuais condenações em tais processos, podendo ser assim demonstradas:

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para contingências - COFINS (a)	7.653	7.132
Provisão para contingências - Trabalhistas (b)	776	776
	7.653	7.908

(a) **COFINS:** a Associação considera que todas as receitas derivadas de suas atividades são isentas da COFINS. Não obstante, no período de maio de 2010 a abril de 2011, a Administração adotou posição conservadora e recolheu a COFINS sobre as receitas decorrentes de suas atividades próprias. Diante da notícia de que, em solução de consulta formulada por outra Organização Social, o Fisco Federal não reconheceu a isenção da COFINS sobre as receitas auferidas em Contrato de Gestão, sob o fundamento de que tais receitas possuem caráter contraprestacional direto, a partir de julho de 2011 a Associação passou a provisionar o valor correspondente a eventual incidência de COFINS sobre todas as suas receitas (receitas próprias e contrato de gestão), propôs ação declaratória cumulada com repetição de indébito em face da União Federal, realizou o depósito do tributo em discussão relativo a exercícios anteriores e vem realizando depósitos judiciais sucessivos em relação às receitas posteriormente auferidas; e (b) **Trabalhistas:** para 2021, a Associação não realizou provisão para reclamações trabalhistas (R\$ 776 em 2020) com base em informações dos assessores jurídicos. Em 09 de abril de 2021, foi publicado acórdão que deu provimento ao agravo de petição da reclamada para determinar que os valores devidos à reclamante a respeito judicial deviam ser limitados ao importe nominal fixado, devendo proceder com a devolução do valor excedente, caso os alvarás já tenham sido levantados. Em 23 de agosto de 2021, as partes celebraram acordo, comprometendo-se a reclamante a devolver a quantia de R\$ 43,8 em 22 parcelas. Em 27 de agosto de 2021, a juíza homologou o acordo e determinou a devolução do saldo remanescente do depósito judicial para a Associação, tendo em vista a União ter se quedado silente. A juíza determinou, ainda, o arquivamento definitivo dos autos dez dias após o pagamento da última parcela pela reclamante. O saldo remanescente de R\$ 788, foi depositado na conta corrente da Associação em 09 de setembro de 2021. Em

b. Movimentação:	31/12/2020	Adições	Baixas	31/12/2021
Instalações	15	-	-	15
Móveis e utensílios	223	2	-	225
Máquinas, aparelhos e equipamentos	658	2	-	660
Instrumentos musicais	1	-	-	1
Condicionadores de ar	108	-	-	108
Equipamentos de informática	377	36	-	414
Cessão de uso de software	169	6	-	175
Bens móveis	456	-	-	456
	2.007	46	-	2.054
Depreciações e amortizações (1.746)	-	(58)	-	(1.804)
	261	(12)	-	250

10. Provisões trabalhistas e encargos:

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para férias	368	258
Encargos sociais sobre provisões de férias	127	92
	495	350

11. Recursos de lei de incentivos fiscais:

Projeto	31/12/2021	31/12/2020
PRONAC 184819 - Plano Bi-Anual 2019/2020	-	655
PRONAC 204081 - Plano Bi-Anual 2021/2022	2.228	446
	2.228	1.101

Corresponde a valores recebidos antecipadamente a título de patrocínio ou doações, para execução de projetos aprovados pela Secretaria Especial da Cultura do Ministério do Turismo, conforme determinação da Lei nº 8.131/91, de 23 de dezembro de 1991, que criou o Programa Nacional de Apoio à Cultura. O saldo está depositado em conta corrente específica, na Rubrica "Caixa e equivalentes".

06 de dezembro de 2021, a Reclamante depositou a 4ª parcela do acordo na conta corrente da Reclamada, restando 18 parcelas a receber de vencimento entre os meses de janeiro de 2022 a junho de 2023. CSLL: a Associação não efetuou qualquer provisionamento quanto à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, pois a Administração e seus assessores jurídicos entendem que esta contribuição não incide sobre os superávits da Associação, tendo em vista a impossibilidade de equiparação do superávit ao lucro. **Imunidade tributária a impostos:** a Associação, em observância aos seus objetivos institucionais, desenvolve dentre suas atividades a educação e a cultura, sem fins lucrativos, com todas as suas receitas previstas estatutariamente. Ademais, cumpre integralmente todos os requisitos previstos no Código Tributário Nacional para gozo da imunidade tributária prevista na alínea "c" do inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal. A movimentação da conta está demonstrada conforme segue:

	31/12/2020	Adições	Baixas	31/12/2021
Tributárias	7.132	521	-	7.653
Trabalhistas	776	11	(787)	-
	7.908	532	(787)	7.653

14. Títulos e valores mobiliários:

	31/12/2021	31/12/2020
Recuperação de depósitos Judiciais - ISS	11.216	10.774
	11.216	10.774

Refere-se a recuperação judicial dos depósitos judiciais do ISS acrescidos dos rendimentos financeiros. A destinação deste valor é para ações estruturantes, a fim de dar permanência às atividades e consolidar uma sede própria para a Companhia e só poderá ser utilizado mediante aprovação das partes de projeto para a finalidade prevista no caput da Cl. 7, § 13º do 2º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão nº 001/2019 assinado em 08 de julho de 2020.

15. Obrigações com o Estado (ativo imobilizado): A Administração da Associação adota como critério para reconhecimento de obrigação de longo prazo para com o Estado, o registro de valor equivalente ao montante líquido de seu ativo imobilizado vinculado aos Contratos de Gestão. O saldo da rubrica é aumentado em contrapartida de lançamento na rubrica de projetos a executar, sempre que há nova aquisição, e reduzido em contrapartida da rubrica de despesa de depreciação. O ativo imobilizado adquirido pela Administração da Associação com os Contratos de Gestão será utilizado exclusivamente nos projetos incentivados.

	Líquido 31/12/2021	Líquido 31/12/2020
Instalações	-	-
Móveis e utensílios	11	10
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	105	116
Equipamentos de informática	110	105
Cessão de uso de software	24	30
	250	261

Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Contábeis

A Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. O Conselho de administração da Entidade é aquele com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas e intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas

16. Patrimônio líquido: O patrimônio líquido é composto, substancialmente, pelo patrimônio social e pelos déficits/superávits apurados anualmente. Em caso de extinção ou desqualificação da Associação, seu patrimônio, legados ou doações, assim como eventuais excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão destinados integralmente ao patrimônio de outra Organização Social, qualificada no âmbito do Estado de São Paulo na mesma área de atuação, escolhida em Assembleia Geral e ao patrimônio do Estado, na proporção dos recursos e bens por estes alocados, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 846/98 e no Decreto Estadual nº 43.493/98.

17. Receitas do contrato de gestão:	31/12/2021	31/12/2020
Recursos Operacionais Vinculados ao CG nº 001/2014 - Contrato nº 001/2019	9.448	9.805
Contrato nº 005/2021	83	-
	9.531	9.816

18. Receitas financeiras:

	31/12/2021	31/12/2020
Rendimentos de aplicações financeiras	904	245
Variações cambiais/Atualizações monetárias	212	477
Descontos e abatimentos	5	23
	1.021	745

19. Receitas de atividades próprias:

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas de atividades culturais e artísticas	1.385	963
Vendas de ingressos, bilheterias e assinaturas	85	118
Doações e patrocínios privados	476	155
Projetos incentivados - PRONAC	1.000	851
Recuperação de despesas e reembolsos	865	534
Outras	16	152
	3.847	2.773

20. Despesas com pessoal:

	31/12/2021	31/12/2020
Salários e remunerações	(5.011)	(4.362)
Encargos sociais	(1.806)	(1.633)
Benefícios	(636)	(581)
Estagiários/aprendizes	(62)	(15)
Provisão de férias e encargos sobre	(822)	(802)
Provisão de 13º e encargos sobre	(618)	(601)
Outras	(47)	(79)
	(9.002)	(8.073)

21. Atividades artísticas:

	31/12/2021	31/12/2020
Coreografias	(296)	(284)
Taxas e impostos	(18)	(10)
Técnica e produção	(602)	(545)
Transportes e viagens	(916)	(924)
Figurino, cenário e iluminação	(269)	(172)
Outras	(541)	(519)
	(2.642)	(2.454)

22. Despesas administrativas e gerais:

	31/12/2021	31/12/2020
Consultorias e assessorias	(794)	(997)
Materiais de consumo	(42)	(28)
Seguros	(92)	(96)
Representação	(8)	(7)
Serviços de terceiros de estrutura e manutenção	(261)	(207)
Locação de máquinas, equipamentos e imóveis	(162)	(113)
Outras	(116)	(46)
	(1.465)	(1.484)

23. Despesas financeiras:

	31/12/2021	31/12/2020
Despesas bancárias	(11)	(20)
Variações cambiais/atualizações monetárias	(200)	(406)
Taxas e comissões de cartões de crédito	(9)	(17)
Outras	(3)	-
	(223)	(443)

24. Instrumentos financeiros: As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos financeiros e pertencentes à sua atividade econômica, particularmente aplicações financeiras com vencimentos de curto prazo e contas a pagar. Essas transações são apresentadas no balanço pelos valores de custo, acrescidas das respectivas apropriações de receitas e despesas que, tendo em vista a natureza das transações e os seus períodos de vencimento, se aproximam dos valores de mercado.

25. Cobertura de seguros: A Associação, com base na avaliação de risco efetuada por profissionais especializados, mediante as apólices firmadas, adota a política de contratar cobertura de seguros e riscos diversos para os bens sujeitos a riscos em montantes suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

26. Desmobilização: De acordo com a ITC 2000, as contas de compensação não são obrigatórias. As mesmas constituem o controle e registro de fatos relevantes, como direitos e obrigações que irão se materializar no futuro, e que possam modificar o patrimônio da Entidade. No caso de desmobilização de toda a equipe da Associação, os valores provenientes do aviso prévio, multa de FGTS e encargos previdenciários, totalizariam em 31 de dezembro de 2021, a quantia de R\$ 2.543 (R\$ 2.286 em 2020).

27. Eventos subsequentes: Não ocorreu nenhum evento subsequente até a data de aprovações destas demonstrações contábeis que requeremos divulgação.

Inês Vieira Bogéa - Diretora Executiva e Artística - CPF 514.174.306-30
Rogério Gerlach Paganatto - CRC ISP 131987/O-3 - CPF 129.306.908-60

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de janeiro de 2022.



BDO RCS
Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Thiago Gonçalves Marques
Contador CRC 1 SP 254881/O-8

SÃO PAULO COMPANHIA DE DANÇA | ASSOCIAÇÃO PRÓ-DANÇA 2021 - CG 001/2019
NOTA EXPLICATIVA GERAL: Em virtude das restrições para o combate à disseminação do novo coronavírus (COVID-19), algumas atividades da São Paulo Companhia de Dança foram reformuladas para o ambiente virtual, sendo transmitidas no perfil da Companhia no Instagram, YouTube, Facebook, conforme o 3º Termo Aditivo ao CG 001/2019.

RESUMO DO PLANO DE TRABALHO 2021 METAS PACTUADAS		
Metas-Produto	Previsto 2021	Realizado 2021
1. Produção de Novas Obras para Repertório - Número de Obras Criadas	3	3
2. Manutenção de Obras para Repertório - Número de Obras Mantidas	14	14
3. Apresentação de Espetáculos no Interior São Paulo/SP - Quantidade de Espetáculos (presencial e virtual)	16	16
4. Apresentação de Espetáculos na Cidade e Litoral do Estado de São Paulo - Quantidade de Cidades (presencial e virtual)	4	4
5. Apresentação de Espetáculos no Interior e Litoral do Estado de São Paulo - Quantidade de Espetáculos (presencial e virtual)	7	8
6. Apresentação de Espetáculos Gratuitos para Estudantes e Idosos - Quantidade de Espetáculos (presencial e virtual)	4	4
7. Oficinas de Dança - Quantidade de Oficinas (presencial e virtual)	7	7
8. Palestras de Dança - Quantidade de Palestras (presencial e virtual)	6	6
9. Capacitações na Cadeia Longa - Quantidade de Capacitações (presencial e virtual)	5	5
10. Programa Dança em Rede - Numero de Verbetes	30	30
11. Manutenção do Selo #SPCCDigital na Plataforma #CulturaEmCasa - Manutenção do Selo	3	3



CONTINUAÇÃO DO RESUMO DO PLANO DE TRABALHO 2021 | METAS PACTUADAS

Metas-Resultado	Previsto 2021	Realizado 2021
1. Apresentação de Espetáculos na Cidade de São Paulo/SP - Número de Espectadores (presencial e virtual)	5.600	15.748
2. Apresentação de Espetáculos no Interior e Litoral do Estado de São Paulo/SP - Número de Espectadores (presencial e virtual)	2.450	2.265 ⁽¹⁾
3. Apresentações de Espetáculos Gratuitos para Estudantes e Idosos - Número de Espectadores (presencial e virtual)	1.400	2.851
4. Oficinas de Dança - Número de Participantes (presencial e virtual)	161	292
5. Palestras de Dança - Número de Participantes (presencial e virtual)	390	12.760
6. Capacitações na Cadeia Longa - Número de participantes (presencial e virtual)	114	314
7. Captação de Recursos - 16% do Repasse Anual de 2021	R\$ 1.760.000,00	R\$ 1.656.746,37
8. Programa Digital #SPCDdigital, na Campanha #CulturaEmCasa (número de acessos/visualizações)	NA	629.640
9. Satisfação do Público Atividades Educativas - Índice Mínimo de Satisfação de Público Educativo	> ou = 75%	100%
10. Satisfação do Público Espetáculos - Índice Mínimo de Satisfação de Público - Espetáculos	> ou = 75%	100%

Nota explicativa: (1) A capacidade de todos os teatros do interior do Estado de São Paulo nos quais a SPCD se apresentou seguiu o Plano São Paulo, com redução do número de assentos.

RESUMO DO PLANO DE TRABALHO | METAS CONDICIONADAS

Metas Condicionadas	Realizado 2021
1. Produção de Novas Obras para Repertório - Número de Obras Criadas	4
2. Manutenção de Obras para o Repertório - Número de Obras Mantidas	3
3. Realização Ateliê de Coreógrafos Brasileiros - Número de Obras Criadas	3
4. Realização de Videodança - Número de Vídeos Dança Criados	3
5. Apresentação de Espetáculos na Cidade de São Paulo - Quantidade de Espetáculos (presencial e virtual)	6
6. Apresentação de Espetáculos no Interior e Litoral do Estado de São Paulo - Quantidade de Cidades (presencial e virtual)	2
7. Apresentação de Espetáculos no Interior e Litoral do Estado de São Paulo - Quantidade de Espetáculos (presencial e virtual)	4
8. Apresentação de Espetáculos em Outros Estados do Brasil - Quantidade de Cidades (presencial e virtual)	1
9. Apresentação de Espetáculos em Outros Estados do Brasil - Quantidade de Espetáculos (presencial e virtual)	1
10. Turnês Internacionais - Quantidade de Turnês (presencial e virtual)	2
11. Turnês Internacionais - Quantidade de Cidades (presencial e virtual)	8
12. Turnês Internacionais - Quantidade de Espetáculos (presencial e virtual)	27
13. Apresentação em Outros Espaços Culturais - Número de Apresentações (presencial e virtual)	3
14. Streaming de Apresentações - Número de Transmissões	10
15. Apresentação de Espetáculos Gratuitos para Estudantes e Idosos - Quantidade de Espetáculos (presencial e virtual)	6
16. Oficina de Dança - Número de Oficinas (presencial e virtual)	5
17. Palestras de Dança - Número de Palestras (presencial e virtual)	18
18. Acessibilidade - Número de Audiodescrições de Novas Obras	2
19. Acessibilidade - Publicações em Braille	0
20. Acessibilidade - Ações para Pessoas com Reduções de Acuidades Intelectuais	0
21. Acessibilidade - Tradução de Palestras em Libras	4
22. Intercâmbio com Projetos Sociais - Número de Intercâmbios de Organizações (presencial e virtual)	3
23. Ações/Visitas a Instituições de Saúde e/ou Assistenciais - Número de Ações/Visitas (presencial e virtual)	13
24. Aulas Abertas na SPCD - Número de Aulas Abertas (presencial e virtual)	10
25. Atendimento a Estudantes de Graduação e Pós-Graduação - Número de Estudantes Atendidos (presencial e virtual)	3
26. Programa Dança em Rede - Número de Verbetes	170
27. Gravação de Conteúdo para Distribuição em Plataformas Digitais - Número de Conteúdos Gravados	10
28. Registro em Vídeo das Novas Obras do Repertório da SPCD - Número de Gravações	5
29. Documentários de dança (Figuras da Dança) para Exibição em TV e Distribuição em Plataformas Digitais - Número de Documentários Criados	1
30. Documentários de dança (Figuras da Dança) para Exibição em TV e Distribuição em Plataformas Digitais - Número de DVD's Reproduzidos	0
31. Livros de Ensaios e Fotos - Número de Livros Criados e Impressos	0
32. Exposição de Imagens da SPCD - Número de Exposições (presencial e virtual)	1

	Presencial	Virtual	Total
Público Atingido nas Metas Pactuadas	5.513	658.357	822.772
Público Atingido nas Metas Condicionadas	96.073	62.829	

SÃO PAULO ESCOLA DE DANÇA "ISMAEL IVO" - CENTRO DE FORMAÇÃO EM ARTES COREOGRÁFICAS | ASSOCIAÇÃO PRÓ-DANÇA 2021 - CG 005/2021

NOTA EXPLICATIVA GERAL: O Contrato de Gestão 005/2021 assinado em 30/12/2021 não teve Metas Pactuadas e/ou Metas Condicionadas a serem cumpridas em 2021.

Os membros do Conselho Fiscal examinaram as contas e balanço da Associação Pró-Dança, referentes ao exercício encerrado em 31/12/2021, e decidiram apresentá-los ao Conselho de Administração opinando pela sua aprovação.

Conselho Fiscal: Hélio Nogueira da Cruz (Presidente), Iside Maria Labate Maiolini Mesquita, José Carlos de Souza Santos, Eduarda Bueno (suplente)

Conselho Administrativo: Ana Grisanti de Moura, Elisa Marsiaj Gomes, Luciano Saad Cury, Andrea Sandro Calabi, Eugênia Gorini Esmeraldo, Maria Cristina Frias, Celso Miotto Curi, Fernando José de Almeida, Milton Paulo Coatti Filho, Flavia Regina de Souza Oliveira (Vice Presidente), Danilo Santos de Miranda, Flávia Fortuneé de Picciotto Terpins, Priscilla Zogbi, Eduardo Toledo Mesquita, Leontina Gioconda Bordon, Ricardo Uchoa Alves Lima, Eduardo Saron Nunes, Leticia Forattini Martins

Inês Vieira Bogéa - Diretora Executiva e Artística CPF 514.174.306-30. **Rogério Gerlach Paganatto** - Contador CRC 1SP 131987/O-3 / CPF 129.306.908-60.

O GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, POR MEIO DA SECRETARIA DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA, APRESENTA:

SÃO PAULO COMPANHIA DE DANÇA
DIREÇÃO ARTÍSTICA INÊS BOGÉA

FAÇA PARTE DA REDE PIONEIRA DE APOIO À DANÇA

Conheça o Programa de Patronos da São Paulo Companhia de Dança

Acesse o site www.spcd.com.br/patronos

REALIZAÇÃO

ASSOCIAÇÃO PRO-DANÇA ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE CULTURA

SÃO PAULO COMPANHIA DE DANÇA

Secretaria de Cultura e Economia Criativa

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO